

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2022

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	01
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11
1 CONTEXTO OPERACIONAL	12
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS	24
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
7 PARTES RELACIONADAS	27
8 ATIVOS DE CONTRATO	28
9 FORNECEDORES	28
10 DEBÊNTURES	29
11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	31
12 PIS E COFINS DIFERIDOS.....	32
13 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS.....	33
14 DIVIDENDOS A PAGAR.....	33
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	34
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	36
17 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS	37
18 RESULTADO FINANCEIRO	37
19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	38
20 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	44
21 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	45

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 895.788 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em

avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	54.742	459	Fornecedores	9	30.329	30.420
Aplicações financeiras	6	117.259	93.462	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		354	362
Contas a receber de clientes		20.095	17.714	Debêntures	10	56.998	8.906
Serviços pedidos		7.005	6.449	Impostos e contribuições a recolher		1.749	1.694
Impostos e contribuições a recuperar		896	906	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	7.430	8.346
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		8.005	7.265	PIS e COFINS diferidos	12	8.350	-
Adiantamentos a fornecedores		903	815	Dividendos a pagar	14	8.474	8.773
Depósitos judiciais		244	-	Incentivos fiscais		539	539
Outros créditos a receber		1.723	1.947	Encargos setoriais		8.165	7.046
Ativos de contrato	8	199.541	181.983	Participação nos lucros		595	621
Total do ativo circulante		410.413	311.000	Outras contas a pagar		690	956
				Total do passivo circulante		123.673	67.663
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		32	32	Debêntures	10	482.922	517.658
Imobilizado		228	337	PIS e COFINS diferidos	12	104.381	110.399
Ativos de contrato	8	696.247	777.474	Incentivos fiscais		10.834	11.373
Total do ativo não circulante		696.507	777.843	Imposto de renda e contribuições social diferidos	11	129.665	143.840
				Total do passivo não circulante		727.802	783.270
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	22.756	22.756
				Reservas de lucros	15	232.689	215.154
				Total do patrimônio líquido		255.445	237.910
Total do ativo		1.106.920	1.088.843	Total do passivo e patrimônio líquido		1.106.920	1.088.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquida	16	5.019	14.313
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	16	142.306	147.677
Receita operacional líquida		147.325	161.990
Custo dos serviços prestados	17	(64.066)	(68.486)
Lucro bruto		83.259	93.504
Despesas gerais e administrativas	17	(1.732)	(2.027)
Outras despesas operacionais, líquidas		(54)	-
Total de despesas operacionais		(1.786)	(2.027)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		81.473	91.477
Receitas financeiras	18	15.696	4.021
Despesas financeiras	18	(67.896)	(39.704)
Resultado financeiro		(52.200)	(35.683)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.273	55.794
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(16.581)	(11.572)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	14.175	3.137
Impostos sobre o lucro		(2.406)	(8.435)
Lucro líquido do exercício		26.867	47.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>26.867</u>	<u>47.359</u>
Total resultados abrangentes	<u>26.867</u>	<u>47.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento e expansão			Dividendos adicionais
Saldos em 31 de dezembro de 2020		22.756	100.815	1.422	74.331	-	44.169	-	243.493
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	47.359	47.359
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		-	-	-	-	-	(44.169)	-	(44.169)
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	10.420	-	-	-	-	(10.420)	-
Constituição de reserva legal		-	-	1.847	-	-	-	(1.847)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	26.319	-	(26.319)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(8.773)	(8.773)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>22.756</u>	<u>111.235</u>	<u>3.269</u>	<u>74.331</u>	<u>26.319</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>237.910</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	26.867	26.867
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal	14.2.a	-	5.460	-	-	-	-	(5.460)	-
Constituição de reserva legal	14.2.b	-	-	1.070	-	-	-	(1.070)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	-	(203)	(203)
Juros sobre Capital Próprio	14.3	-	-	-	-	-	-	(5.722)	(5.722)
Constituição de reserva para investimento e expansão	14.2.d	-	-	-	-	14.412	-	(14.412)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2.c	-	-	-	(3.407)	-	-	-	(3.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>22.756</u>	<u>116.695</u>	<u>4.339</u>	<u>70.924</u>	<u>40.731</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>255.445</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	26.867	47.359
Ajuste para:		
Amortização do intangível	219	(182)
Margem da receita de construção	47.685	52.471
Remuneração do ativo de contrato	(156.811)	(11.772)
Receita de operação e manutenção	(20.755)	(162.729)
PIS e COFINS diferidos	2.332	4.286
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	66.702	38.847
Rendimentos de aplicações financeiras	(16.444)	(4.120)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	16.581	11.572
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(14.175)	(3.137)
	<u>(47.799)</u>	<u>(27.405)</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	191.363	175.781
Impostos e contribuições a recuperar	10	(104)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(740)	6.588
Ativo de contrato, líquido dos juros capitalizados	(194)	(14.384)
Adiantamento a fornecedores	(88)	2.390
Depósitos judiciais	(244)	-
Outros créditos a receber	114	(564)
Serviços próprios	(556)	(268)
Fornecedores	(91)	(2.064)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(8)	(444)
Participações nos lucros	(26)	-
Incentivos fiscais	(539)	-
Impostos e contribuições a recolher	55	(1.732)
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(2.040)	(10.930)
Encargos setoriais	1.119	-
Outras contas a pagar	(266)	(223)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>187.869</u>	<u>154.046</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.315)	(20.450)
Juros pagos de debêntures	(53.346)	(2.136)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>70.409</u>	<u>104.055</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(7.353)	(59.005)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(7.353)</u>	<u>(59.005)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(8.773)	(45.330)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(8.773)</u>	<u>(45.330)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>54.283</u>	<u>(280)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	459	739
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>54.742</u>	<u>459</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>54.283</u>	<u>(280)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	435	14.384
Receita de remuneração de ativo de contrato	156.811	162.729
Receita de operação e manutenção	20.755	11.772
Outras receitas	3.311	9.732
	<u>181.312</u>	<u>198.617</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(194)	(6.402)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.747)	(10.276)
Ativos de contrato - perda de realização	(47.926)	(52.471)
	<u>(64.867)</u>	<u>(69.149)</u>
Valor adicionado bruto	<u>116.445</u>	129.468
Amortização	(219)	182
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>116.226</u>	129.650
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.461	4.217
	<u>16.461</u>	<u>4.217</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>132.687</u>	133.867
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	4.295	5.303
Benefícios	303	345
FGTS	164	126
	<u>4.762</u>	<u>5.774</u>
Tributos		
Federais	33.035	40.861
Municipais	15	13
	<u>33.050</u>	<u>40.874</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	66.702	38.847
Aluguéis	112	156
Outros	1.194	857
	<u>68.008</u>	<u>39.860</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	203	8.773
Lucro líquido do período	26.664	38.586
	<u>26.867</u>	<u>47.359</u>
Valor adicionado	<u>132.687</u>	<u>133.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “INTESA”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005, controlada pela Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Colinas – Miracema, 500^(*) kV, circuito simples – 173^(*) km;
- (b) LT Miracema - Gurupi 500^(*) kV, circuito simples – 255^(*) km;
- (c) LT Gurupi – Peixe 2, 500^(*) kV, Circuito simples – 72^(*) km;
- (d) LT Peixe 2 – Serra da Mesa 2, 500^(*) kV, Circuito simples – 195^(*) km;
- (e) Subestações Peixe 2 e Serra 2.

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 002/2006 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 27 de abril de 2006, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1108/2012, com validade de 08 anos contados a partir de sua assinatura, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O protocolo foi realizado, na data 27 de junho 2020, através da carta Intesa / Bsb / 052/2020, a licença de operação, solicitada no prazo, continua válida, até que o órgão se manifeste.

1.2 Impactos da Covid-19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021.

As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 15	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2	Estimativas das diferenças temporárias
Instrumentos financeiros	nº 3.7 e 18	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos Financeiros.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.11.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

Redução de ICMS

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial-TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

SUDAM

Em 31 de dezembro de 2018 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 201/2018, que outorga a Companhia a redução do imposto de renda em 75%, sob a justificativa de modernização total de suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 a 2027.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Novas normas, alterações e interpretações

O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro 2022. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes

3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

4 Assuntos regulatórios

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a RAP da Companhia é de R\$ 196.323, homologado pela REH 3.067/2022.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. Ademais, especificamente para INTESA tem-se uma redução da RAP no 16º ano do contrato de concessão, que iniciará em 30 de maio de 2023. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 2.565/2019 (vigente a partir de 1º de junho de 2019), reajustou em 4,66% a RAP.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a companhia possui os seguintes reforços e melhorias autorizados para construção:

- REA nº 5.906/2016 - Substituição do banco de capacitores da subestação (SE) Peixe II;
- REA nº 6.259/2017 - Substituição do banco de capacitores da SE Miracema e Gurupi, e instalação reator de barra monofásico da SE Miracema; e
- REA nº 7.761/2019 - Aquisição e instalação de dois conjuntos de baterias/retificadores de 48VCC independentes entre si para o sistema de Telecomunicações da SE Gurupi, Peixe 2 e Serra da Mesa 2, e chaveamento automático do banco de reatores de barra - RT8 da SE Miracema.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>167</u>	<u>203</u>
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	<u>54.575</u>	<u>256</u>
Total	<u><u>54.742</u></u>	<u><u>459</u></u>

(a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos, CDBs e Operações Compromissadas de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,94% a.a. do CDI (90,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	<u>117.259</u>	<u>93.462</u>
Total	<u><u>117.259</u></u>	<u><u>93.462</u></u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,42% a.a. do CDI (102,7% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2022		2021	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	184	1.578	165	1.539
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	315	2.770	308	2.950
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	108	1.281	107	1.385
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	122	1.038	99	956
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	324	2.582	262	2.321
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(a)	20	235	-	-
CELG Distribuição S.A	(a)	317	2.663	-	-
Total		1.390	12.147	941	9.151
Outros créditos a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7	71	48	107
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	10	86	56	126
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	18	11	24
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	29	18	40
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	1	1	-	-
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	4	4	-	-
Equatorial Transmissoras 1 SPE S.A	(b)	-	1	1	-
Equatorial Transmissoras 2 SPE S.A	(b)	-	1	1	-
Equatorial Transmissoras 3 SPE S.A	(b)	-	1	1	-
Equatorial Transmissoras 4 SPE S.A	(b)	-	-	2	-
Equatorial Transmissoras 5 SPE S.A	(b)	-	1	1	-
Equatorial Transmissoras 6 SPE S.A	(b)	-	-	1	-
Equatorial Transmissoras 7 SPE S.A	(b)	-	-	1	-
Equatorial Transmissoras 8 SPE S.A	(b)	-	1	1	-
Total		30	214	142	297
Outras contas a pagar					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(128)	(505)	(150)	(489)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(38)	(175)	(54)	(200)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(35)	(73)	(19)	(54)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(15)	(63)	(3)	(52)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(1)	(1)	-	-
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	(2)	(2)	-	-
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	(2.054)	(656)	(2.076)
Total		(219)	(2.873)	(882)	(2.871)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia S.A.	(c)	(8.474)	-	(8.773)	-
Total		(8.474)	-	(8.773)	-
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
		357	357	-	-
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
		357	357	-	-
SPE01	(d)	357	357	-	-

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento;
- (c) A variação do período refere-se ao pagamento de R\$8.773 de dividendos e distribuição de JCP de R\$5.722 deduzido de IRPJ R\$(858); e
- (d) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Transmissora 1 SPE para à Integração Transmissora de Energia S.A., e de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 332 (R\$ 430 em 31 dezembro de 2021).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	959.457	998.545
Remuneração de ativos de contrato	156.811	162.729
Implementação da infraestrutura (a)	435	14.384
Manutenção e operação	20.755	11.772
Ativo de contrato - Perda de realização (b)	(47.926)	(52.471)
Reconhecimento da RAP	(193.744)	(175.502)
Saldo no final do exercício	895.788	959.457
Circulante	199.541	181.983
Não circulante	696.247	777.474

- (a) O saldo dessa conta decorre da contrapartida de Receita de implementação e melhoria de infraestrutura reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16, cuja variação está diretamente relacionada aos custos de implementação da infraestrutura incorridos no exercício; e
- (b) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada provenientes principalmente dos (i) efeitos de revisão tarifária periódica (ii) efeitos inflacionários do exercício; e (ii) variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais (a)	25.699	26.309
Serviços (a)	1.644	799
Materiais com serviços (a)	2.760	3.074
Encargos de uso da rede elétrica	226	238
Total (b)	30.329	30.420

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para as controladas da Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações era de R\$ 272 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2021). Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de “rebates financeiros”

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Debêntures

10.1 Movimentação das Debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.906	517.658	526.564
Encargos	59.252	-	59.252
Transferência	32.589	(32.589)	-
Pagamento de juros	(53.346)	-	(53.346)
Variação monetária	8.853	(2.147)	6.706
Custo de captação (a)	744	-	744
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.998	482.922	539.920

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.907	505.260	508.167
Encargos	26.448	-	26.448
Transferência	(744)	744	-
Pagamento de juros	(20.450)	-	(20.450)
Variação monetária	-	11.654	11.654
Custo de captação (a)	745	-	745
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.906	517.658	526.564

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

10.2 Características das Debêntures

Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	2022		Total
							Passivo circulante	Passivo não circulante	
1ª (a)	(1)/(2)/(3)/(4)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	43.094	83.519	126.613
2ª (a)	(1)/(2)/(3)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	8.604	249.403	258.007
2ª (a)	(1)/(2)/(3)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	5.300	150.000	155.300
Total							56.998	482.922	539.920

Característica das Debêntures

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória
- (7) Garantia Adicional Real

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2022	
	Valor	%
Circulante	56.998	11%
2024	292.187	54%
2025	42.187	8%
2026	150.000	27%
Subtotal	484.374	89%
Custo de captação (Não circulante)	(1.452)	0%
Não circulante	482.922	89%
Total	539.920	100%

10.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	2,4	2,4

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

11.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada conforme a seguir:

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	29.273	29.273	55.794	55.794
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	7.318	2.635	13.949	5.022
Adições:				
Custo de construção - CPC 47 (b)	12.030	4.331	14.718	5.299
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (a)	35.296	12.707	31.747	11.429
Provisão para participação nos lucros	-	-	5	2
Total de adições (B)	47.326	17.038	46.470	16.730
Exclusões:				
Receita de construção CPC 47	(36.896)	(13.283)	(43.122)	(15.523)
Outras provisões	(1.508)	(544)	-	-
Incentivo P&D	-	-	(67)	(25)
Outras provisões permanentes	(24)	-	(24)	-
Provisão para participação nos lucros	(8)	(2)	-	-
Total de exclusões (C)	(38.436)	(13.829)	(43.213)	(15.548)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados	-	-	(1.042)	(376)
Incentivo PAT	(11)	-	-	-
Total da compensações (D)	(11)	-	(1.042)	(376)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(5.460)	-	(10.420)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D +E)	(10.737)	(5.844)	(5.744)	(5.828)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	10.422	3.753	2.306	831
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(317)	(2.089)	(3.438)	(4.997)
Alíquota efetiva	1%	7%	6%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017.

(b) Vide nota 3.4.1.

11.2 Conciliação de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Saldo em 2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Custo de construção - CPC 47	133.120	16.361	149.481	149.481	-
Remuneração e RAP	165.106	48.003	213.109	213.109	-
Receita de construção - CPC 47	(442.066)	(50.189)	(492.255)	-	(492.255)
Total	(143.840)	14.175	(129.665)	362.590	(492.255)

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>9.840</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	11.572
Pagamentos referentes a IRPJ e CSLL do exercício anterior	(2.136)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	<u>(10.930)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>8.346</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	16.581
Pagamentos referentes a IRPJ e CSLL do exercício anterior	(15.441)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(2.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.430</u>

12 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	435	14.384
Receita de remuneração de ativo de contrato	156.811	162.729
Ativos de contrato - perda de realização	(47.926)	(52.471)
	<u>109.320</u>	<u>124.642</u>
PIS/COFINS sobre a receita dos ativos de contrato no exercício (9,25%) (i)	<u>10.112</u>	<u>11.529</u>
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(7.780)	(7.243)
Saldo no início do exercício (iii)	<u>110.399</u>	<u>106.113</u>
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	<u>112.731</u>	<u>110.399</u>
Circulante	8.350	-
Não Circulante	104.381	110.399

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção conforme recebimento da RAP mensal.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

13.1 Ambientais

Existem contingências ambientais, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 8.914 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

13.2 Cíveis

Existem contingências cíveis, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 223 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

13.3 Trabalhista

Existem contingências trabalhista, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 86 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

14 Dividendos a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	26.867	47.359
(-) Reserva de incentivo fiscal	(5.460)	(10.420)
(-) Reserva legal	(1.070)	(1.847)
Lucro líquido ajustado	<u>20.337</u>	<u>35.092</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1% em 2022 e 25% em 2021) (a)	203	8.773
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	3.407	-
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	<u>3.610</u>	<u>8.773</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	44.169	
Dividendos mínimos obrigatórios	8.773	
Pagamento de dividendos no exercício	(45.330)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>8.773</u>	
Juros sobre capital próprio (b)	4.864	
Dividendos mínimos obrigatórios	203	
Dividendos da reserva de lucro a realizar	3.407	
Pagamento de dividendos no exercício	(8.773)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>8.474</u>	

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Em 25 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia para alterar o dividendo obrigatório da Companhia dos atuais 25% para 1% do lucro líquido ajustado, ou seja, 1% do valor remanescente do lucro líquido após a constituição ou reversão da reserva legal; e
- (b) Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado a distribuição de JCP no montante de R\$5.722, com base nas informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2022, saldo está líquido do IR de R\$858.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 22.756 (Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 22.756).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital está representado por 170.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Energia S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

15.2 Reserva de lucros

Reserva de lucros

	Nota	2022	2021
Reserva de incentivos fiscais	(a)	116.695	111.235
Reserva legal	(b)	4.339	3.269
Reserva de lucros a realizar	(c)	70.924	74.331
Reserva para investimento e expansão	(d)	40.731	26.319
Total		232.689	215.154

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$116.695 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$5.460 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2022.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	26.867	47.359
(-) Reserva de incentivo fiscal	(5.460)	(10.420)
Lucro ajustado	<u>21.407</u>	<u>36.939</u>
(-) Reserva legal (5%)	<u>1.070</u>	<u>1.847</u>

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 70.924 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 74.331).

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 40.731 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 26.319).

e. Excesso de reservas de lucros sobre o capital social

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou excesso de reserva de lucros, excluindo a reserva de lucros a realizar, reserva de incentivos fiscais e reserva para contingências. A Assembleia deliberou em 28 de março de 2022 o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 121.035, sendo R\$ 4.340 da reserva legal e R\$ 116.695 da reserva de incentivos fiscais, sem a emissão de novas ações. Desta forma, a Companhia entende estar enquadrada dentro dos limites do art. 199 da Lei 6.404/76 que versa sobre limite do saldo de reserva de lucros.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	435	14.384
Receita de Operação e Manutenção	20.755	11.772
Outras receitas	3.311	9.732
	<u>24.501</u>	<u>35.888</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(12.032)	(12.481)
PIS/COFINS diferidos (b)	(40)	(1.331)
ISS	(15)	(13)
Encargos do consumidor (c)	(7.395)	(7.750)
	<u>(19.482)</u>	<u>(21.575)</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	<u>5.019</u>	<u>14.313</u>
Receita de remuneração de ativo de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	156.811	162.729
PIS/COFINS diferidos	(14.505)	(15.052)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	<u>142.306</u>	<u>147.677</u>
Receita operacional líquida	<u><u>147.325</u></u>	<u><u>161.990</u></u>

- (a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização das obras dos bancos de capacitores;
- (b) Com a finalização da obra dos bancos de capacitores, o investimento na mesma (que reflete na receita de implementação e melhoria da infraestrutura) foi menor do que no exercício anterior, fazendo com que os impostos em questão tenham reduzido também;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato.

16.1 Margens das obrigações de performance

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Implementação e melhoria de infra estrutura		
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	395	13.053
Perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	(43.493)	(47.617)
	<u>(43.098)</u>	<u>(34.564)</u>
Custo	<u>(194)</u>	<u>(9.644)</u>
Margem (R\$)	(43.292)	(44.208)
Margem percebida (%) (*)	-100,45%	-127,90%
Margem orçada no início do contrato (%)	45,91%	45,91%
Operação e manutenção		
Receita	20.755	11.772
Custo	(20.379)	(11.225)
Margem (R\$)	376	547
Margem percebida (%)	1,81%	4,65%
Margem orçada no início do contrato (%)	45,91%	45,91%

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

	2022				Despesas administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(4.228)	(13)	(4.241)	(846)
Material	(31)	(769)	-	(800)	(4)
Serviços de terceiros	(155)	(14.735)	(101)	(14.991)	(785)
Arrendamento e aluguéis	-	(105)	(3)	(108)	(4)
Depreciação	-	-	(219)	(219)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)	-	-	(43.493)	(43.493)	-
Outros	(8)	-	(206)	(214)	(93)
Total	(194)	(19.837)	(44.035)	(64.066)	(1.732)

	2021				Despesas administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(4.725)	-	(4.725)	(1.518)
Material	(3.075)	(838)	-	(3.913)	(10)
Serviços de terceiros	(2.944)	(5.353)	(2.998)	(11.295)	(69)
Arrendamento e aluguéis	-	(115)	-	(115)	(41)
Amortização do ativo intangível	-	-	182	182	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)	-	-	(47.617)	(47.617)	-
Outros	(383)	(194)	(426)	(1.003)	(389)
Total	(6.402)	(11.225)	(50.859)	(68.486)	(2.027)

(a) A variação é reflexo da elevação dos custos de operação realizados no exercício e impactos de efeitos inflacionários, na atualização financeira do ativo de contrato bem como no recebimento da RAP.

18 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	16.444	4.120
PIS/COFINS sobre receita financeira	(765)	(196)
Outras receitas financeiras	17	97
Total	15.696	4.021
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	(59.996)	(27.193)
Variação monetária da dívida	(6.706)	(11.654)
Juros, multas s/ operação de energia	(42)	(90)
Outras despesas financeiras	(1.153)	(767)
Total	(67.897)	(39.704)
Resultado financeiro	(52.201)	(35.683)

(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu principalmente em função do aumento do CDI, que em 2021 era 4,42% e em 2022 fechou em 12,39%; e

(b) O aumento nos encargos da dívida ocorreu principalmente em função do aumento do CDI, indexador com 76,7% de participação na dívida.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

19.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	54.742	54.742	459	459
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	117.259	117.259	93.462	93.462
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	20.095	20.095	17.714	17.714
Total			192.096	192.096	111.635	111.635
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	30.329	30.329	30.420	30.420
Debêntures	-	Custo amortizado	539.920	536.943	526.564	535.659
Total			570.249	567.272	556.984	566.079

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e
- **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A..

19.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 54.742 (R\$ 459 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil *	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Títulos de dívida emitidos com garantia	539.920	657.454	104.576	331.960	220.919
Fornecedores	30.329	30.329	3.964	26.365	-
Total	570.249	687.783	108.540	358.325	220.919

(*) os valores apresentados estão sem os custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 – *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	171.834	194.894	200.659	206.424	189.129	183.364
Impacto no resultado				5.765	11.530	(5.765)	(11.530)
Passivos financeiros							
Debêntures	CDI	(414.170)	(469.752)	(483.647)	(497.542)	(455.856)	(441.961)
	IPCA	(127.945)	(136.070)	(138.101)	(140.132)	(134.038)	(132.007)
Total de passivos financeiros			(542.115)	(605.822)	(621.748)	(637.674)	(589.894)
Impacto no resultado				(15.927)	(31.853)	15.927	31.853
Efeito líquido no resultado				(10.162)	(20.323)	10.162	20.323
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2022	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,42%	12,39%	16,78%	20,13%	10,07%	6,71%
IPCA (% 12 meses)		6,35%	5,79%	7,94%	9,53%	4,76%	3,18%

Fonte: B3 e Santander

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 10 – Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Juros sobre Capital Próprio	5.722
Dividendos mínimos obrigatórios	203
Realização da reserva de lucros a realizar	3.407
Total	<u>9.332</u>

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxos de caixa de financiamento	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2022
Debêntures	526.564	-	(53.346)	66.702	539.920
Dividendos a pagar	8.773	(8.773)	-	8.474	8.474
Total	535.337	(8.773)	(53.346)	75.176	548.394

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos distribuídos no período a pagar.

21 Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 121.035, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 116.695 e da Reserva Legal no valor de R\$ 4.340, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5 do Estatuto Social da Companhia.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Junior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF